



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

CEDI - P I B
DATA 20/05/94
CUL I 7 0 0 0 37

Assembléia do NDI/Bsb: 3 de junho de 1993.

Márcio, Juliana, Ana, Sérgio, Marés, Manuela, André, Azanha, João, Beto, José Carlos e (parcialmente) Marcos Terena.

Pauta:

1. Transferir discussões sobre o futuro do NDI para uma assembléia extraordinária.
2. Conjuntura, mudança da FUNAI.
3. Legislação: Estatuto e Revisão Constitucional.

Márcio: sinais anti-indígenas pós Aviso Coimbra/92 se multiplicaram. Mais do que refluxo, riscos de retrocesso. Quadro geral a partir de Bsb: diferença na postura dos militares (notas na imprensa, sobretudo Correio Braziliense): bombardeio sistemático. Área Yanomami/ONGs/soberania/recursos naturais/roraimenses. Mobilização regular de índios em bsb para defender exploração de recursos naturais. Manobras exército EUA nas Guianas foi festejada pelos anti-indígenas.

Esquema CSN nos bastidores, plantando emendas e campanha mudou. Há evidências públicas hoje, explícitas. Última reunião dos militares com Itamar, sem a SAE e chefe do Gabinete Militar, produziu uma nota explícita e pediram a demissão do Sidney (tb Erundina e Eliseu). Rola forte rumores de "fujimorização". Dossiês do golpe do Peru traduzido para o português circulando nos quartéis.

Decisões do STF referente AI Jacaré (Potiguara/PB): ação movida por empresas contra a Portaria de delimitação.

Mandato de segurança contra portaria de ministro não tem sido acatado pelo STF. A recente decisão é inédita. Advogado das empresas é Oscar Dias Correa (ex ministro da Justiça e Ministro do STF). Os ministros consideraram que se posse imemorial há é das empresas. Dec. 22 é inconstitucional. Ministro não tem poder para interditar área, sobretudo onde há posse ou propriedade privada. Isso é abuso de poder. Poder de polícia é da FUNAI. Relatório de técnico da FUNAI não pode fazer tábula rasa de títulos de propriedade. Art.67 foi interpretado como, em casos de dúvidas sobre a posse a União deveria abrir processo demarcatório judicial e daí se contaria os cinco anos. Mero processo administrativo nesses casos não vale. O ônus da prova, por essa decisão, passa para os índios.

Não é fato isolado. Há mais dois casos de mandado de segurança (Cerrito/Guarani e ...) estão no STF, em situação semelhante: áreas com título e ocupação.

MP vai entrar com embargo de declaração. MP no MJ achou



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

2

inicialmente a decisão satisfatória. O MP no STF disse apenas que não cabia mandado de segurança e não queria apresentar recursos. Pessoal do MP cuida apenas de primeira instância, outros cuidam no STF, outro do Supremo e não se comunicam a priori. Portanto o pessoal da Secodid corre atrás do prejuízo. Falta de comunicação interna, de base conceitual e estratégica de ação do MP.

Caso julgamento Pataxó, a FUNAI não compareceu e MP não disse palavra, porque não tinha lido o processo(!). Decisão saiu favorável porque juiz Coutinho puxou voto e foi secundado.

Manuela: caso é grave e merece ser discutido em separado para encaminhamentos em relação ao STF.

Márcio: composição no Congresso é pior que em 88. Incertezas sobre a revisão: data, amplitude e temas polêmicos, regras de decisão. Há a tramitação do Estatuto, com fatos novos (novo relator Pizzatto, PFL/PR, madeireiro, ex-presidente da Comissão de Meio-ambiente) e de outros projetos na Câmara e no Senado. Há que vinculá-los à revisão, nesse momento. Pizzato é melhor que Teresa Jucá e dos outros pretendentes (Fagundes e outro deputado do PFL/RR).

Estratégia seria apresentar outro substitutivo, melhorando sobretudo dispositivos sobre terra. Relator concorda com rapidez para aparecer da Comissão até final de agosto, com votação terminativa na Comissão especial. Foi feita lista de visita a ONGs. Nada rolou ainda. Pizzato não abriu nada sobre suas opiniões sobre os vários projetos. NDI fez quadro comparativo. "Sou contra exploração de madeira em terras indígenas", ele disse.

Seria bom regulamentar o Estatuto antes da revisão: tática das ONGs.

Questão do regimento já está rolando. Há várias propostas. Possibilidade de presidência ficar com PFL e relatoria com PMDB (Jobim).

PT/PDT : revisão só em 95. PMDB, PP, PSDB: são contra mexer nos direitos sociais, mas não dizem quais.

Zé Carlos: houve reunião ontem na CNBB com partidos progressistas para não mexer na ordem social.

Márcio: índios estão nessa? Seria uma chance de tirar os índios da revisão.

Viagem de delegação Yanomami à BSB teve escala no Gorotire (!!!) Yanomami quer ser como Kaiapó!



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

3

Declaração de um makuxi ao JB, de Genebra: armas contra militares. Desmentido só saiu no jornal de RR. Dep. Jair Bolsonaro (verde-oliva no Congresso) repercutiu.

Beto: pesquisas de opinião no Congresso apontam ímpeto revisionista (pesquisa DIAP) ; índios (terra) aparecem nos temas polêmicos (Patri, GT Ildes, DNPM, DIAP); projeto dos empresários sulistas exclui cap. índios; matéria da Veja sobre laudos antropológicos vem aí; há indícios de articulação entre bancadas sulistas com nortistas contra meio-ambiente. Demarcações estão paradas. Fórum se rearticula. Caso dos Kaiapó pode repetir a tucanada de 88. Situação do frankenstein (indígena/de apoio) de hoje é muito diferente de 88. PL do DNPM. Situação das expectativas de direitos minerais.

Deve rolar conexão garimpo/madeira, RR/Kaiapó.

Estratégias:

(a) abrir front de conversa e articulação na sociedade civil: investir na SBPC (em fase de troca de presidente/julho); recompor a Ação Pela Cidadania (falar com Paulo Sérgio Pinheiro);

(b) intervenções junto ao Judiciário (STJ,MP). Deve-se privilegiar o Supremo. Falar com o Junqueira com documento, via Fonteles + SBPC + ABA; trabalhar com juristas "nacionais": Zé Afonso, Dalmo...Grupo para visitar ministros do Supremo, com apoio de memorial escrito sobre ação em julgamento no STF (pelo Marés, assinado pelo NDI, com um dê acordo do Zé Afonso) com conversa dizendo que os direitos indígenas estão indo pro brejo no judiciário! Reativar contato com Gilmar F.Mendes (Marés vai ligar).

Nossos juristas + MP; visitas a pessoas-chave e seminários.

(c) imprensa: chegar a pessoas-chave.

FSP (Marcelo Beraba)

Isto É

Estadão

Bandeirantes (Ricardo Arnt)

Boris Casó

outros

ver assessores de imprensa do GP (Kido Guerra) e da WWF (Paulo Lira).

Fazer um artigo preventivo na FSP e/ou no Estadão.

(d) no Congresso: Jarbas Passarinho (restaurar canal), com D.Erwin+ Cimi; parlamentar que senta no congresso de líderes (no PSB via Sabóia; e no PT?). Foram mencionados: Aloisio Mercadante, Fábio Feldmann, Genoio. Acompanhar discussão



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

4

sobre regimento. Ficamos na dependência de definições que não controlamos. Eleger interlocutores chave é importante. No Senado, Suplicy, Eva Blay, Passarinho. Articular durante o Estatuto visando a revisão. Há objetivamente uma vantagem tática a nosso favor que é a existência do capítulo dos índios e se trata de mantê-lo. Mas há uma macro composição adversa no Congresso. Peso específico da bancada amazônica no atual Congresso é muito maior do que em 88. Tudo que está rolando no âmbito da legislação ordinária tem a ver com a revisão, em termos de conteúdo e de alianças.

(e) área militar: Passarinho seria canal?

(f) canal com CNBB (retomar com Plínio A. Sampaio)

(g) índios: sessões de informação com pessoas-chave, tipo Davi, Waiwai, Raoni, etc. Lideranças de plantão, com lideranças de aldeia. Visitas a algumas aldeias, com auxílio de vídeo. Contar com a colaboração de pessoas que estão em conexão com áreas indígenas para multiplicar informações.

(g) articulação interna: Fórum criado recentemente, com executiva em bsb (NDI/CIMI/NEAZ/CAPOIB), com programa mínimo comum: campanha pelo cumprimento do art. 67 das disposições transitórias (demarcações), aprovação de um novo Estatuto do Índio na Comissão Especial do Congresso e defesa do capítulo dos "índios" na Constituição.

(h) reuniões menores do NDI em SP;

(i) reforçar no Fórum proposta de ato com entrega da lista de pendências de demarcação, com articulação da APC, convidando o MP.

(j) Há possibilidades de angariar apoios latinoamericanos de associações e entidades de juristas, para as quais há uma expectativa alta com relação aos direitos indígenas no Brasil; exs. Universidade Bolivariana, Associação Andina de Juristas, Fundação Lelio Basso; NDI deveria fazer um resumo da situação dos direitos indígenas/cumprimento no judiciário/revisão constitucional.

(k) agilizar os livros do NDI (artigos e ações) e publicar logo! Só falta artigo do Marés para a coletânea!

(l) Executivo: alertar FHC (via Ruth) porque está se armando um pacote de revisão dentro do governo. Foi criada Comissão coordenada pelo Maurício Correa.

Marés: sou contra tirar os advogados do trabalho no judiciário para trabalhar no legislativo. Há muitos desdobramentos das ações em curso. Deveria haver um reforço para o trabalho legislativo do NDI.

André: e recursos financeiros.

Sérgio: também acha que não dá pra dividir os advogados com o acompanhamento do legislativo.



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

5

Márcio: vai perder mais tempo dentro do Congresso e passar tarefas específicas aos outros advogados do NDI. Abrir mais interlocução com os partidos de direita através de aproximação por categorias específicas: mulheres, negros, etc.

Marés: fica à recomendação de ampliar um quadro para o trabalho de acompanhamento legislativo para a revisão.

Zé: Fórum de ONGs/Movimentos Sociais vai ter recursos para acompanhar a revisão e "índios" está na pauta.

Relação com a política indigenista e a FUNAI com novo presidente.

Márcio: placar do Itamar é pífio: 2 homologações e 12 delimitações. Estilo do atual Ministro é de não mexer em área com "problemas". Regra geral é que só andam áreas pequenas e médias, sem problemas. Sidney assinou parecer sobre Raposa/Serra do Sol depois de demitido. MJ disse à CNBB que vai fazer um debate em RR sobre Raposa/Serra do Sol. Casos de processos de terras indígenas que "sumiram" no MJ. Mesmo antes da demissão do Sidney, esses sinais eram claros. O "estoque" de áreas identificadas pela FUNAI estava baixo. Há 48 áreas na Comissão de Análise da FUNAI hoje. Razões da saída do Sidney são várias. Tinha apresentado várias cartas de demissão. Caiu após um dia da audiência dos ministros militares com Itamar. Carta apresentada anteriormente foi usada como pretexto.

No quadro atual tendência é para pior. Não se sabe exatamente os compromissos assumidos pelo novo presidente da FUNAI, diante das razões e dos setores que armaram a queda do Sidney, incluindo o veto militar.

Como fica nossa estratégia de relacionamento com a FUNAI diante dessa conjuntura? Coisas pendentes no NDI na relação com a Funai/governo: consultoria do BIRD/G7 (elaboração de um paper sobre a interface da legislação ambiental brasileira/indigenista. Trata-se de uma indicação da FUNAI, para um termo de referência.), repasse de recursos para projetos de identificação de áreas pela FUNAI com recursos de embaixadas, comissão do ano internacional dos povos indígenas/ONU, NDI no GT da CVRD de política indigenista; relação do NDI como prestador de serviços para a execução de projetos de demarcação física de áreas indígenas por ONGs em convênios com a FUNAI (exs. Centro Maguta/Tikuna, CTI/Waiãpi, CEDI/Araweté).



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

6

Nossa política foi retirar da lista do PP/G7 as áreas que se queria agilizar (ex. Kampa e outras). FMV avaliou isso ao contrário, achando que a gestão Sidney descarregou na FMV todas as despesas da demarcação e não colocou as áreas Kaiapó na lista do PP/G7.

Qual deve ser a posição do NDI agora?

Vamos colaborar com a FUNAI agora na consultoria BIRD/G7? Vamos abrir o jogo, por exemplo, em relação ao direito dos índios explorar madeira?

André: consultoria será para o BIRD e não pra FUNAI. BIRD cansou da incompetência da máquina oficial e fez carteira de consultores, alguns indicados por órgãos públicos, mas a decisão é do BIRD. Contrato é da ONG ou do consultor com o BIRD.

Juliana: podemos explicitar nossa visão de que usufruto exclusivo dos índios inclui exploração de madeira, respeitada a legislação ambiental e com isso abrir espaço para que a direção da FUNAI legalize contratos?

Marés: nos interessa agora dizer isso? Isso não depende a direção de plantão da FUNAI. A razão para não fazer isso é em função da revisão constitucional.

Zé: isso é tapar o sol com a peneira.

Marés: o risco que corremos de não fazer agora é que alguém faça.

Manuela: responder o que temos pensado. A legislação proíbe. Houve transgressões. NDI está movendo ações. O centro da discussão (O BIRD já entende) é outra: os índios são preservadores desde que não sejam induzidos a depredá-los. O GEF prevê recursos por "oportunidades perdidas". É preciso que haja investimentos para que haja.

Márcio: a lei não proíbe.

Beto: e alguns índios exploram por outras razões.

Zé: esse fundo de compensação por não uso não tem linha de crédito aprovado.

Manuela: o conceito pelo menos está aprovado. Vi um documento.

Zé: acho que nem isso...



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

7

Marés: se tivermos fôlego, devemos fazer.

Zé: também acho. BIRD que saber os limites legais do que é permitido fazer.

Marés: 231 não é claro. É possível fazer uma tese dizendo que os índios podem "pelar" os recursos das suas áreas. Por isso é melhor a gente fazer para nuançar isso.

Beto: acho que devíamos fazer.

Marés: Estatuto do Índio fala de exploração madeireira. É possível construir um argumento intermediário sobre o direito de explorar, desde que sob condições.

Márcio: são nulos e extintos...

Marés: não é isso. Pode o índio explorar ou autorizar alguém que o faça? Pode!

Beto: trata-se do NDI encarar fazer um parecer para construir uma tese de que os índios podem explorar, sob condições.

Sérgio: há um modelo de "parceria pecuária", que está sendo trabalhado pelo advogado Alain Moreau, que é bom pra pensar esse caso.

Márcio: minuta de contrato com o BIRD está parado. Uma vez assinado, deveríamos entregar o parecer logo (duas semanas!).

Beto: relata caso da vinda recente dos Kaiapó à Bsb, financiados por madeireiros, cobrar impedimentos da Constituição ao Procurado. Procurador passou recibo. NDI contestou.

Talvez seja melhor negociar com o BIRD (D.Gross) e deixar esse parecer para depois da revisão.

Essa sugestão foi aprovada!

Manuela: os outros casos pendentes com a FUNAI são diferentes. Vamos analisar caso a caso.

Márcio: havia um pacote de identificações. NDI topou intermediar desde que antropólogos fossem indicados pela ABA, com convênio com a FUNAI. FUNAI topou, mas convênio não veio. Houve carta do NDI à Embaixada, c.c FUNAI, dizendo que



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

8

concordava com a tarefa desde que a ABA fosse formalmente, através de convênio, incluída para indicar os antropólogos. Chegou contrato da Embaixada Suíça para o caso identificação/delimitação Kulina e Kaxinawá.

João: esse tipo de convênio nunca existiu com a ABA em relação à FUNAI.

Sérgio: dá pra fazer isso agora, depois da carta dos administradores regionais da FUNAI acusando as ONGs de quererem privatizar a política indigenista.

Azanha: a Isa quando falou com o Claudio semana passada para ficar na FUNAI, impôs para ficar a condição de manter as relações com as ONGs. Claudio topou. Auxiliadora está fora, mas Isa ele que manter.

Sérgio: isso já mudou.

Márcio: se a Isa levar ele assina, mas diante de pressão contrária ele não sustenta. O presidente da FUNAI esteve no NDI no início da semana para pedir ajuda do NDI no caso Paiaikã. Fez questão de dizer que a FUNAI está aberta a parcerias, ressaltando as qualidades do NDI. O mesmo que redigiu o documento contra as ONGs. Então, ele é capaz de assinar agora um convênio com as ONGs e deixar agente na mão diante de pressões. Não sinto confiança. Sidney não tinha uma política de convênios, mas cumpria o que tratava afinal.

Azanha: ele já fez a conta e sabe que nas questões de terra ele não vai contra.

João: análise do Márcio está muito personalizada. Mesmo com o Sidney a FUNAI é uma engrenagem. Risco de adotar oposição aberta. Trabalhar os instrumentos legais para a cooperação. A presença da Isa é importante. Mesmo que ela saia, devemos manter porque no caso Ticuna a demarcação é demandada de 15 anos e deve ser adiantada. Em última instância, vamos à justiça brasileira e às agências e à imprensa para denunciar o contrato. No caso Ticuna, o Maguta corre riscos: empresa tem que fazer, militares podem interferir. Houve esse caso e o presidente da FUNAI nem soube disso, porque ele não pilota o órgão. Bancar e proteger a retaguarda. Mesmo no caso dos convênios de identificação devemos nos cercar de garantia, incluindo a ABA, e fazer os laudos. Acho que o que está ocorrendo dentro da FUNAI hoje não é remilitarização. Tem um componente sindical (interesses funcionais do quadro de pessoal interno) forte. ABA já discutiu o caso: telegrafou ao Sidney lamentando sua saída e



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

9

outro para o Claudio Romero dizendo que se espera dele continuidade, etc.

Azanha: ele não assinou documento de denúncia às ONGs e a imprensa atribuiu a ele declarações de que ele tem diferenças com as ONGs. Mas ele não assinou, nem disse à imprensa. Nos bastidores isso tem a ver com conjuntura funcional interna.

Marcos Terena: concordo com o que dizem os que já trabalharam com Claudio Romero como eu. Com relação às ONGs deve-se tomar muito cuidado. O discurso contra as ONGs é forte da parte dos funcionários e de índios. Documentos com o Claudio não devem ser apenas políticos, mas com peso jurídico.

Azanha: há forte pressão sindical contra atitude da direção da FUNAI (era Sidney) de privilegiar relação com as ONGs em detrimento dos funcionários. Romero jogou com isso pra subir.

Sérgio: há um documento dos funcionários com reivindicações sobre preenchimentos dos cargos.

Manuela: é importante que as demarcações saiam, desde que hajam salvaguardas políticas.

Beto: insisto que no caso das identificações tem que haver previamente convênio com responsabilidades atribuídas à Funai/NDI e ABA. No caso das demarcações o NDI não tem responsabilidades formais nos casos citados e sim, na prática, tem sido demandado pelas ONGs envolvidas para tarefas de encaminhamento junto à FUNAI em Bsb. Pergunto ao João se o convênio Maguta/Funai é considerado pelo Maguta como boa salvaguarda.

João: sim.

Sérgio: não se deveria descartar possibilidade do presidente da FUNAI detonar o convênio com as ONGs sobre demarcação alegando que legalmente não se poderia delegar as ONGs contratar esses serviços.

Márcio: meu temor não é por aí, mas de um questionamento direto do presidente sobre os "defeitos" das demarcações.

João: mas isso é político, guerra verbal. Temos que ter salvaguardas jurídicas.



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

10

Azanha: temos que fazer o teste com o caso Araweté e com o caso das duas identificações no Acre.

João: teste já vai haver no caso Ticuna.

Márcio: no caso Ticuna decidiu-se avisar o Fernando Henrique Cardoso, então Ministro do Exterior. Foi apenas um aviso. Veio aval da ABC dirigido à FUNAI, sem que fosse solicitado. Mas foi útil. MP, provocado pela FUNAI, declarou que o modelo estava ok.

João: a idéia do teste é complicada. Cada caso é um caso.

Márcio: casuísmo tem limite, porque uma besteira em um convênio pode respingar sobre todas as ONGs.

João: desde o início o NDI se propos acompanhar alguns casos específicos e acompanhá-los. Devemos avaliar saldos e riscos possíveis. Deve ser feito o teste, mas o poder de generalização deve ser controlado.

Márcio: com isso não se estaria aceitando qualquer coisa. Amanhã a FUNAI detona um convênio e aí?

André: devemos preservar o NDI. No caso das delimitações a triangulação com o NDI estava num contexto de relação com a presidência da FUNAI. Agora acho que o NDI tem que sair dessa intermediação e passar para ONGs locais + ABA. (aprovado!)

Márcio: mas e esse caso das áreas do Acre?

João: porque não se sugere a ABA diretamente?

Beto: acho que a ABA não topa receber recursos.

Sérgio: carta permite passar a bola para a CPI-Acre. (aprovado!)

Márcio: entendi que NDI deve sair, mas viabilizar.

Azanha: quem entra em contato com o Daniel Gross sobre o termo de referência sobre legislação ambiental/indigenista?

Márcio: o NDI. Vamos propor daqui a seis meses.

Azanha: o NDI deve entrar em contato com a Auxiliadora e ver se o Banco topa. É preciso saber o que Gross precisa para a missão de "appraisal".



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

Sérgio: sugiro que se argumente que não vale a pena fazer agora porque vai haver novo estatuto e o melhor é fazer depois. O que se pode fazer agora é uma compilação, estilo "estado da arte". (aprovado!)

Márcio: há uma indicação do presidente da FUNAI indicando o NDI para uma comissão oficial do ano internacional dos povos indígenas. NDI indicou Paulo Pankararu. Posteriormente houve decreto presidencial regulando essa comissão, totalmente composta por representantes oficiais, com recurso informal e eventual às ONGs. Márcio comunicou por escrito que NDI estava fora. Houve uma reunião da Comissão. Sidney propôs incorporar as ONGs formalmente. Comissão tem uma pauta apenas culturalista. FUNAI gestão Romero ligou pedindo representante do NDI para a reunião. Márcio declinou e disse que não havia representação do NDI na Comissão. CIMI avalia que vale participar. Dizem que haverá espaço de mídia.

Azanha: fui à reunião dessa comissão, pela FUNAI. Nada saiu.

Beto: há possibilidade de botar na agenda dessa comissão demarcação/estatuto/direitos indígenas na Constituição? Devemos testar.

Sérgio: nessa linha, um bom nome seria o da Manuela.

Marés: essa comissão vai fazer nada! Não acredito. Perda de tempo.

Beto: só se for dentro da pauta do ano, com representação propositiva do NDI.

Ana: não.

André: sim.

Zé: abstenção.

João: não. Seria bom articular com o CIMI uma saída.

Azanha: sim, nos termos do Beto.

Sérgio: sim (voto indicativo de um membro do staff)

Márcio: sim.

Beto: acho que se deve participar nos eixos temáticos, com atitude propositiva. O Márcio deveria assumir isso.



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

12

Márcio: não vou.

Ana: o resto do staff está com muito trabalho.

DECIDIU-SE, ENTÃO, NÃO ENTRAR!!!

Marés: queria colocar a questão do ILSA (Instituto Latinoamericano de Serviços Legais Alternativos), com sede em Bogotá (editam uma revista *El otro derecho*) e se propõem a formar uma rede. Têm ligação com a AJUP (Rio) e GAJOP (Recife) no Brasil. Sou membro da direção, estive na reunião recentemente e acho que o NDI deveria se aproximar dessa rede. Assumiram a Universidade Bolivariana no Chile e querem fazer cursos na linha de serviços alternativos de direito. A prática do NDI tem muito a contribuir para uma nova formulação do direito. AJUP é + camponês e GAJOP é + urbano. A competência do NDI é mais renovadora. Um representante virá ao Brasil e quero que ele venha ao NDI.

Juliana: o que podemos fazer concretamente.

Marés: integrar-se na rede, dar cursos. ILSA avançou muito, publica em espanhol e inglês. Há uma comissão para propor temas latinoamericanos comuns.

Zé: direito dos povos e a biodiversidade é um tema de ponta para o futuro. Juntar com os juristas de Strasbourg, onde há um centro de juristas europeus sobre esses temas.

Marés: direitos humanos, mulher, terra, direitos econômicos-sociais e culturais são os temas que estão trabalhando no ILSA. Além da junta diretiva, tivemos recentemente um seminário e eu coloquei a questão dos direitos dos povos como parâmetro para pensar os direitos sociais-econômicos e culturais. O colega chileno virá para um seminário internacional em Recife em outubro e propus que ele passasse por Brasília.

Que o NDI aceite essa reunião de outubro, assinar a revista e se filiar à rede, traduzindo para o espanhol nossos casos e reflexões.

(aprovado!)

Márcio: a assembléia extraordinária será entre março/abril, depois do término da revisão. Eu gostaria de falar mais sobre avaliações das agências do NDI. 94 deve propiciar uma avaliação do NDI mais profunda, para permitir conclusões estratégicas sobre o futuro. A rigor, em 94 deverá ser negociado um novo Plano Trienal para o NDI. Nesses dois



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

planos feitos, havia um calendário nacional e um espaço para ações paradigmáticas. E depois de 94? Estamos fechando um ciclo. Vamos abrir outro? Qual? Do ponto de vista da instituição e das pessoas. Eu tenho conclusões e preferências, pessoais. Acho também que o NDI desenvolveu mais o lado do judiciário. E aí se a conclusão for aprofundar esse componente seria melhor o Marés ser o secretário executivo. Acho que estamos perdendo tempo, estamos preocupado. Agências estão negociando recursos para o futuro. A assembléia do NDI tem que assumir essa discussão sobre o futuro. Acho que colocamos mal essa questão na última assembléia. Já há questionamento na boca das agências: quem é que manda no NDI, quem define as prioridades? Aham que não temos relações orgânicas com o movimento indígena e que nem a assembléia do NDI controla o staff. Acho que em parte isso não procede, mas a assembléia tem que assumir essa discussão.

Azanha: não sei avaliar ao que você se refere, mas o representante da ICCO me disse agora que, em 93, o NDI não pinta mais no papo como antigamente.

Márcio: no caso da ICCO ele me falou outra coisa.

Beto: acho que se deveria entender um técnica própria de checar informações e juízos rapidamente durante as visitas de determinadas questões de fundo, de critérios das agências para se identificar e apoiar projetos. No caso da ICCO a questão de fundo é sobre o controle social do staff. Mas objetivamente a ICCO dobrou a contribuição.

Zé: com o affair mogno o NDI entrou no cenário das agências e organizações ambientalistas, em posição de destaque.

André: das ambientalistas no Brasil há uma deficiência muito grande nesse lado jurídico.

Zé: NDI se tornou referência nessa área.

André: o perfil jurídico-político da assessoria do NDI criou uma identidade interessante.

Ana: têm surgido convites internacionais para seminários na área ambiental. Há notícias recentes de elogios ao NDI numa reunião de financiadores em Nova Iorque.

Márcio: acho que essa questão deve passar por uma assembléia formal do NDI.

FIM

.....